

São Simão Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Simão Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.c) às demonstrações financeiras, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota explicativa. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 4 de março de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMONIO LIQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	5.189	Fornecedores	33	14	
Aplicações financeiras	7	1.538	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	117	134	
Contas a receber de clientes	8	2.778	4.577	Impostos e contribuições a recolher	127	105	
Impostos a recuperar		242	284	Provisão para férias e 13º salário		170	118
Despesas antecipadas	9	1.041	85	Receita diferida	15	1.471	7.992
Outros ativos circulantes		4	9	Provisões para compromissos futuros	16	795	483
Total dos ativos circulantes		<u>5.603</u>	<u>10.144</u>	Dividendos a pagar	13 e 17 (c)	23.653	21.395
				Outros passivos		-	44
				Total dos passivos circulantes		<u>26.366</u>	<u>30.285</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidas	20	102	714	Provisões para compromissos futuros	16	969	849
Depósitos judiciais	10	992	1.089	Total do passivos não circulantes		969	849
Imobilizado	11	84.005	86.331				
Intangível	12	1.577	1.157	Total dos passivos		<u>27.335</u>	<u>31.134</u>
Total dos ativos não circulantes		86.676	89.291	PATRIMÔNIO LIQUIDO	17		
				Capital social		46.101	46.101
				Reservas de lucros		18.843	22.200
				Total do patrimônio líquido		64.944	68.301
TOTAL DOS ATIVOS		<u>92.279</u>	<u>99.435</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO		<u>92.279</u>	<u>99.435</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/19	31/12/18
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	33.862	32.956
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	11 e 12	(3.027)	(2.805)
Prêmio risco (repactuação risco hidrológico)	1.2 e 15 (b)	(1.904)	(1.251)
Custos com pessoal		(1.534)	(1.396)
Custos com manutenção		(785)	(701)
Tarifa de uso sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(468)	(361)
Custos com seguros		(178)	(202)
Custos com operação		(200)	(186)
Taxas setoriais		2	(87)
Custos com meio ambiente		(39)	(132)
Outros custos		(16)	(33)
		(8.149)	(7.155)
LUCRO BRUTO		25.713	25.801
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(609)	(487)
Administrativas e gerais		(84)	(77)
Outras despesas operacionais		(51)	(45)
Outras receitas		(2)	-
		(746)	(609)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		24.967	25.192
RESULTADO FINANCEIRO	19		
Despesas financeiras		(17)	(1.907)
Receitas financeiras		215	497
		198	(1.410)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		25.165	23.782
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20		
Corrente		(843)	(1.205)
Diferido		(289)	6
		(1.132)	(1.199)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.033	22.584
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,76	0,83
Quantidade ponderada de ações		31.744.639	27.142.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.033	22.584
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>24.033</u>	<u>22.584</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		34.601	4.980	13.579	-	53.160
Aumento de capital por subscrição realizada - AGE de 08/10/2018		11.500	-	-	-	11.500
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2017 (R\$0,53 por ação)		-	-	(13.579)	-	(13.579)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.584	22.584
Destinações:						
Reserva legal	17 (b) e (c)	-	1.129	-	(1.129)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,17 por ação)	17 (c)	-	-	-	(5.364)	(5.364)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,51 por ação)	17 (c)	-	-	16.091	(16.091)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		46.101	6.109	16.091	-	68.301
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2018 (R\$0,51 por ação)		-	-	(16.091)	-	(16.091)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.033	24.033
Destinações:						
Reserva legal	17 (b) e (c)	-	1.201	-	(1.201)	-
Dividendos distribuídos referentes a 2019 (R\$ 0,36 por ação)	17 (c)	-	-	-	(11.299)	(11.299)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,36 por ação)	17 (c)	-	-	11.533	(11.533)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		46.101	7.310	11.533	-	64.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/19	31/12/18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.165	23.782
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	2	31
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	19	-	1.846
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	19	(1)	(40)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	19	(214)	(120)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	16 e 19	5	12
Depreciação e amortização	11 e 12	3.027	2.805
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		1.904	1.251
Constituição do ajuste MRE e garantia física	18	1.480	200
Apropriação Receita diferida	15	(10.857)	-
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		343	(7)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		1.799	(184)
Impostos a recuperar		42	(194)
Despesas antecipadas	9	(4)	30
Outros ativos		5	(7)
Fornecedores		19	(4)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(17)	28
Impostos e contribuições a recolher		(655)	(794)
Provisão de férias e 13º salário		52	(1)
Pagamento compromissos futuros	16	(388)	(362)
Outros passivos		(44)	(9)
Caixa gerado nas operações		21.663	28.263
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Juros pagos sobre financiamentos	14	-	(1.834)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(192)	(463)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.471	25.966
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgate (aplicações) em aplicações financeiras		(1.324)	2.720
Depósitos judiciais		-	(44)
Aquisição de imobilizado e intangível		(204)	(43)
Caixa líquido aplicado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(1.528)	2.633
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital por subscrição de ações		-	11.500
Financiamentos pagos	14	-	(26.448)
Dividendos pagos	17 (c)	(25.132)	(8.645)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(25.132)	(23.593)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.189)	5.006
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		5.189	183
No fim do exercício		-	5.189
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.189)	5.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Simão Energia S.A. ("Companhia" ou "São Simão") é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A. e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 84/2001 e nº 234/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 27 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com de 30 km de extensão.

A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009.

Em 17 de fevereiro de 2009, através do Despacho ANEEL nº 631, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 13,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 27 MW e energia anual assegurada de 15,20 MW médios. O término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$20.763 (R\$20.141 em 31 de dezembro de 2018). No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez opção por participar com suas PCHs do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Os ajustes referentes aos exercícios de 2015, de 2016 e de 2017, inicialmente previstos para incidirem nos anos de 2016, de 2017 e de 2018, respectivamente, bem como correções dos anos de 2013 a 2015, ainda não foram efetivados em sua plenitude devido a liminar que havia sido obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protegia todas as usinas do PROINFA e, conseqüentemente, o Grupo Brasil PCH. Em função da queda da liminar em setembro de 2018, a ELETROBRAS passou a reter do faturamento das PCHs do Grupo Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2019, o montante de R\$10.857, referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, relativo aos exercícios supracitados e ao exercício de 2018, com aplicação do reajuste do contrato nas parcelas a partir de junho de 2019.

1.2. Repactuação de risco hidrológico

O governo sancionou a Lei 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs do Grupo, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 da Companhia será tratado, conforme legislação, como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020. O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base 31 de dezembro de 2019, é de R\$952. Este montante está reconhecido no ativo como despesa paga antecipada quando será apropriado ao resultado como prêmio de seguro na linha de custo das vendas de energia de forma linear no resultado até junho de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As contas afetadas por essas estimativas são ativo imobilizado, provisão para compromissos futuros, receita diferida e receita líquida. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações da usina geradora de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE.
- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

- (i) Custo amortizado de ativo financeiro ou passivo financeiro – o valor pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento e para ativos financeiros ajustados por qualquer provisão para perdas.
- (ii) Valor justo por meio do resultado – um ativo financeiro que:
 - É adquirido ou incorrido principalmente para ser vendido ou recomprado no curto prazo.
 - No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.
- (iii) Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado – passivo financeiro que atenda a uma das seguintes condições:
 - Atenda à definição de mantido para negociação.
 - No reconhecimento inicial, seja designado pela entidade como ao valor justo por meio do resultado.
 - Seja designado, por ocasião do reconhecimento inicial ou subsequentemente, como ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Derivativo - instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três seguintes características:

- Seu valor é modificado em resposta à alteração em determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de commodity, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável (algumas vezes denominada "subjacente"), desde que, no caso de variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato.
- Não exige nenhum investimento líquido inicial, que seja menor do que seria necessário para outros tipos de contratos, que se esperaria que tivessem resposta similar a alterações nos fatores de mercado.
- Seja liquidado em data futura.

b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 731, de 23 de agosto de 2016, que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de Autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e do Decreto nº 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 11, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Provisões para compromissos futuros e outros

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 16).

g) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

h) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

i) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre a Companhia e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas com juros sobre financiamentos. Os custos de financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

l) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

m) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

n) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

As normas brasileiras de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 48	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
Alterações ao CPC 18 Melhorias anuais aos pronunciamentos 2015-2017	Interesses a longo prazo em associadas e empresas comuns Alterações do ciclo do CPC 15 – Combinação de Negócios, CPC 19 – Negócios em Conjunto, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 20 – Custos de Empréstimos
Alterações ao CPC 33	"Employee Benefits Plan Amendment, Curtailment or Settlement"
ICPC 22	Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17 CPC 36 e CPC 18 (melhorias)	Contratos de Seguros Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e/ou Empreendimento Conjunto
Alterações ao CPC 15 Alterações ao CPC 23 e CPC 26 Estrutura conceitual	Definição de negócios Definição de material "Amendments to References to the Conceptual Framework in IFRS Standards"

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

A Companhia analisou a aplicação do CPC 06 (R2) e não identificou nenhum impacto material com relação às práticas contábeis adotadas, uma vez que os contratos vigentes são caracterizados como de curto prazo (menor que 12 meses), e ou baixo valor.

Com relação aos demais pronunciamentos, a Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% e 96,53% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 7. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 22.

- Risco de liquidez

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, no entanto, a Companhia entende que não há risco de liquidez, visto que suas obrigações se referem substancialmente a dividendos a pagar a acionistas e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Tabela do risco de liquidez

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os passivos financeiros não derivativos da Companhia apresentam prazo de amortização de 1 a 3 meses e os valores esperados de liquidação se aproximam aos valores contábeis.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	33	-	-	33
Total	33	-	-	33

- **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- **Risco hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE, que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 a Companhia realizou a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, a Companhia mitigou sua exposição ao mercado de energia de curto prazo.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

<u>PCH</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada (MW)</u>
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

<u>Compradora</u>	<u>Valores</u>				<u>Prazo</u>			
	<u>Valor original do contrato (em R\$)</u>	<u>Energia anual contratada (MWh)</u>	<u>Preço histórico R\$ MWh</u>	<u>Preço atualizado R\$ MWh (*)</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>Mês de reajuste</u>
Eletrobrás	R\$319.677	131.717	121,35	286,63	Jun.-09	Jun.-29	IGP-M	Junho

(*) Base junho/2019.

7. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Operações compromissadas	-	5.189
	-	5.189

b) Aplicações financeiras

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Fundos de investimento em renda fixa (i)	1.538	-
	1.538	-

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú Unibanco, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% e 96,53% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$2.778 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.577 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA. De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como prêmios de seguros e repactuação do risco hidrológico.

	31/12/19	31/12/18
Prêmio de seguros (a)	89	85
Prêmio de repactuação do risco hidrológico (b)	952	-
Total	1.041	85

(a) Refere-se a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

(b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da ELETROBRAS a ser apropriado no período de janeiro a junho de 2020 (vide notas explicativas nº 1.1, nº 1.2 e nº 15).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão.

Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para a Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos depósitos judiciais é de R\$992 (R\$1.089 em 31 de dezembro de 2018).

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/19	31/12/18
Terrenos	-	1.265	-	1.265	1.163
Turbina hidráulica	2,50%	14.867	(3.976)	10.891	11.245
Conduto forçado	3,13%	5.588	(1.872)	3.716	3.891
Gerador	3,33%	8.773	(3.118)	5.655	5.939
Comporta	3,33%	2.065	(724)	1.341	1.410
Subestação unitária	3,57%	3.416	(1.327)	2.089	2.211
Estrutura de tensão	3,57%	1.542	(539)	1.003	1.058
Casa de força produção hidráulica	2,00%	25.921	(5.503)	20.418	20.937
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	42.648	(9.027)	33.621	34.407
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.952	(2.006)	3.946	4.070
Imobilizado em curso	-	60	-	60	-
		112.097	(28.092)	84.005	86.331

b) Movimentação do imobilizado

2019

	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/19</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.163	102	-	1.265
Turbina hidráulica	14.850	17	-	14.867
Conduto forçado	5.588	-	-	5.588
Gerador	8.765	8	-	8.773
Comporta	2.065	-	-	2.065
Subestação unitária	3.416	-	-	3.416
Estrutura de tensão	1.542	-	-	1.542
Casa de força produção hidráulica	25.921	-	-	25.921
Reservatório, barragem, adutora	42.588	60	-	42.648
Outras máquinas e equipamentos	5.892	82	(22)	5.952
Imobilizado em curso	-	60	-	60
	<u>111.790</u>	<u>329</u>	<u>(22)</u>	<u>112.097</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(3.605)	(371)	-	(3.976)
Conduto forçado	(1.697)	(175)	-	(1.872)
Gerador	(2.826)	(292)	-	(3.118)
Comporta	(655)	(69)	-	(724)
Subestação unitária	(1.205)	(122)	-	(1.327)
Estrutura de tensão	(484)	(55)	-	(539)
Casa de força produção hidráulica	(4.984)	(519)	-	(5.503)
Reservatório, barragem, adutora	(8.181)	(846)	-	(9.027)
Outras máquinas e equipamentos	(1.822)	(204)	20	(2.006)
	<u>(25.459)</u>	<u>(2.653)</u>	<u>20</u>	<u>(28.092)</u>
Imobilizado líquido	<u>86.331</u>	<u>(2.324)</u>	<u>(2)</u>	<u>84.005</u>

2018

	<u>31/12/17</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/18</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.156	7	-	1.163
Turbina hidráulica	14.850	-	-	14.850
Conduto forçado	5.588	-	-	5.588
Gerador	8.751	14	-	8.765
Comporta	2.065	-	-	2.065
Subestação unitária	3.416	-	-	3.416
Estrutura de tensão	1.542	-	-	1.542
Casa de força produção hidráulica	25.916	5	-	25.921
Reservatório, barragem, adutora	42.440	179	(31)	42.588
Outras máquinas e equipamentos	5.875	17	-	5.892
	<u>111.599</u>	<u>222</u>	<u>(31)</u>	<u>111.790</u>

	<u>31/12/17</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/18</u>
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(3.234)	(371)	-	(3.605)
Conduto forçado	(1.522)	(175)	-	(1.697)
Gerador	(2.534)	(292)	-	(2.826)
Comporta	(586)	(69)	-	(655)
Subestação unitária	(1.083)	(122)	-	(1.205)
Estrutura de tensão	(429)	(55)	-	(484)
Casa de força produção hidráulica	(4.466)	(518)	-	(4.984)
Reservatório, barragem, adutora	(7.336)	(845)	-	(8.181)
Outras máquinas e equipamentos	(1.620)	(202)	-	(1.822)
	<u>(22.810)</u>	<u>(2.649)</u>	<u>-</u>	<u>(25.459)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>88.789</u>	 <u>(2.427)</u>	 <u>(31)</u>	 <u>86.331</u>

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>Amortização</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Servidões	-	78	78
Software	20%	45	7
Medidas compensatórias	20%	1.688	1.008
Indenização de terras	-	664	643
Legalização de terras	-	111	56
Amortização acumulada		<u>(1.009)</u>	<u>(635)</u>
		<u>1.577</u>	<u>1.157</u>

b) Movimentação do intangível

2019

	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/19</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	78	-	78
Software	7	38	45
Medidas compensatórias	1.008	680	1.688
Indenização de terras	643	21	664
Legalização de terras	56	55	111
	<u>1.792</u>	<u>794</u>	<u>2.586</u>
 <u>(-) Amortização</u>	 -	 -	 -
Software	(2)	(3)	(5)
Medidas compensatórias	<u>(633)</u>	<u>(371)</u>	<u>(1.004)</u>
	<u>(635)</u>	<u>(374)</u>	<u>(1.009)</u>
 Intangível líquido	 <u>1.157</u>	 <u>420</u>	 <u>1.577</u>

2018

	<u>31/12/17</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/18</u>
<u>Custo</u>			
Servidões	78	-	78
Software	7	-	7
Medidas compensatórias	632	376	1.008
Indenização de terras	621	22	643
Legalização de terras	56	-	56
	<u>1.394</u>	<u>398</u>	<u>1.792</u>
 <u>(-) Amortização</u>			
Software	(1)	(1)	(2)
Medidas compensatórias	(478)	(155)	(633)
	<u>(479)</u>	<u>(156)</u>	<u>(635)</u>
 Intangível líquido	<u>915</u>	<u>242</u>	<u>1.157</u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A.	27	-
 <u>Passivo circulante – outros passivos</u>		
Brasil PCH S.A.	-	35
 <u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR - PCH Participações S.A.	23.653	21.395

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2019, a remuneração da Administração foi de R\$12 (R\$10 em 31 de dezembro de 2018).

14. FINANCIAMENTOS - BNDES

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/18</u>
Saldo inicial	26.436
Encargos provisionados	1.846
Pagamento principal (*)	(26.448)
Pagamentos juros e atualização monetária (*)	(1.834)
Saldo final	<u>-</u>

- (*) Em 19 de outubro de 2018, em função de deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, a Brasil PCH nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$1, sendo 450.000 debêntures da primeira série e 450.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$900.000 com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES.

15. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	31/12/19	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	1.471	7.992
	<u>1.471</u>	<u>7.992</u>

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/18	Constituição e atualização	Realização	31/12/19
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	7.992	4.336	(10.857)	1.471
	<u>7.992</u>	<u>4.336</u>	<u>(10.857)</u>	<u>1.471</u>

		31/12/17	Constituição e atualização	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)		6.541	1.451	7.992
		<u>6.541</u>	<u>1.451</u>	<u>7.992</u>

- (a) Prêmio repactuação do risco hidrológico – 2015/2020 e Exposição ao MRE – 2015/2019 - vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1 e nº 1.2.

16. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	31/12/18	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	31/12/19
Compromissos socioambientais (a)	233	60	-	-	5	298
Provisão para medidas compensatórias (b)	400	679	-	(388)	-	691
Provisão para legalização de terras (c)	56	55	-	-	-	111
Provisão para indenizações de terras (d)	643	21	-	-	-	664
Total	<u>1.332</u>	<u>815</u>	<u>-</u>	<u>(388)</u>	<u>5</u>	<u>1.764</u>
Passivo circulante	483					795
Passivo não circulante	849					969

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - Quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), o qual prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 24 hectares. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.

- (b) Provisão para medidas compensatórias – a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IEMA/ES em 07 de novembro de 2017, com prazo de 01 ano, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras – a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras – para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram a uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$46.101 e está representado por 31.744.639 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR – PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Lucro líquido do exercício	24.033	22.584
(-) Reserva legal (5%)	(1.201)	(1.129)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	22.832	21.455
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(5.708)	(5.364)
Dividendos adicionais distribuídos	(5.591)	-
Dividendos adicionais propostos	<u>(11.533)</u>	<u>(16.091)</u>

Em 25 de março de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Dividendos a pagar

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.097
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	18.943
Dividendos pagos	<u>(8.645)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.395
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	27.390
Dividendos pagos	<u>(25.132)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>23.653</u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$11.299 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2019, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE em 2 de agosto de 2019.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	36.637	34.477
Ajuste Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	(1.480)	(200)
Ajuste recontabilização e consumo interno	(12)	(72)
	<u>35.145</u>	<u>34.205</u>
Deduções à receita:		
PIS	(229)	(223)
COFINS	(1.054)	(1.026)
	<u>(1.283)</u>	<u>(1.249)</u>
Receita líquida de vendas	<u>33.862</u>	<u>32.956</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas financeiras:		
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	-	(1.846)
Atualização financeira sobre a receita diferida e os compromissos futuros	(5)	(12)
Outras despesas	(12)	(49)
	<u>(17)</u>	<u>(1.907)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	214	333
Rendimentos de ativos vinculados – BNDES	-	120
Atualizações de depósito judicial	1	40
Outras receitas	-	4
	<u>215</u>	<u>497</u>
Total líquido	<u>198</u>	<u>(1.410)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/19		31/12/18	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	35.145	35.145	34.205	34.205
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	215	215	453	453
Outras receitas	1	1	44	44
Base de cálculo	3.028	4.443	3.233	4.602
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(757)	(399)	(808)	(414)
Diferença de alíquota	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(733)	(399)	(784)	(414)
Correntes	(545)	(298)	(789)	(416)
Diferidos	(188)	(101)	4	2

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	31/12/19	31/12/18
PIS/COFINS diferidos	55	387
IRPJ/CSLL diferidos	47	327
	<u>102</u>	<u>714</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/19
<u>Ativos financeiros</u>	
Mensurados ao custo amortizado:	
Aplicações financeiras	1.538
Contas a receber de clientes	2.778
Depósitos judiciais	992
Outros ativos circulantes	4
<u>Passivos financeiros</u>	
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:	
Fornecedores	33

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (4,48%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/19</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (possível)</u>	<u>Cenário III (remoto)</u>
Aplicação financeira	1.538	Baixa do CDI	Resultado	69	52	34

22. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2019, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$5.850 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2020, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2019, com vigência até 27 de junho de 2020, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$186.307, lucros cessantes no montante de R\$37.050, linha transmissão - R\$12.017 e Barragens - R\$65.214.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia não foi examinada pelos auditores independentes.

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	815	577
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	7	-
Adição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de depósitos judiciais	97	-

24. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de março de 2020.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar - Diretor

Contador

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG – 078189/0-5